



Anais da Assembléia

Nº 017

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 12 DE MARÇO DE 1991

ANO XVII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 012.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 1991.
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Artagão Mattos Leão, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Crisóstomo, César Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, José Afonso Júnior, José Artur Ricci, Nilton César Servo, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (48). - Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Basílio Zanusso, Durval Amaral, Luiz Antonio Setti, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino e Rafael Greca de Macedo (06).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 009/91

Curitiba, 07 de março de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais,

o incluso anteprojeto de lei que objetiva acrescentar os cargos que especifica. no Anexo I, da Lei nº 7.424, de 17 de dezembro de 1980, assim como adotar outras providências, entre as quais tornar extintos ao vagarem os atuais cargos de Técnico de Assuntos Culturais previstos pela referida Lei 7.424/80 e no Plano de Cargos do Quadro Geral regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

O plano de lei ora submetido a essa augusta Casa consulta aos superiores interesses da Administração, eis que virá ensejar condições no sentido de que a Secretaria de Estado da Cultura venha contar com pessoal devidamente qualificado a fim de assegurar àquela Pasta meios necessários não só à continuidade de seus programas de trabalho, mas principalmente, ao pleno desenvolvimento de suas finalidades.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O anexo I da Lei nº 7.424, de 17 de dezembro de 1980, fica acrescido dos seguintes cargos:

Código	Categoria Funcional	Padrão	Referência		Nº de Cargos
			Inicial	Final	
XP-23	Antropólogo	I	1	11	04
XP-24	Arqueólogo	I	1	11	03
XP-25	Historiador	I	1	11	07
XP-26	Museólogo	I	1	11	09
XP-27	Pesquisador de Arte	I	1	11	22
XP-28	Pesquisador de Cultura	I	1	11	20
XP-29	Restaurador	I	1	11	04

Art. 2º - A investidura nos cargos, criados conforme o artigo 1º desta lei, dependerá de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Art. 3º - Os funcionários investidos nos cargos referidos no artigo 1º desta lei perceberão a Gratificação de Responsabilidade Técnica de que trata a Lei nº 9.515, de 07 de janeiro de 1991.

Art. 4º - Os atuais cargos de Técnico de Assuntos Culturais, constantes da Lei nº 7.424, de 17 de dezembro de 1980, e do Plano de Classificação de Cargos do Quadro Geral regido pela Consolidação das Leis do

Trabalho do Poder Executivo, serão extintos ao vagarem.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 010/91

Curitiba, 07 de março de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei visando obter autorização para que, excepcionalmente, a Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, possa empenhar até o limite de 3/12 (três doze avos) do total dos recursos alocados em seu orçamento para o exercício de 1991, no período compreendido entre 1º de janeiro e 15 de março de 1991.

Tal iniciativa pretende dar condições à FUNDEPAR de adquirir equipamentos, material permanente e de consumo, bem como a realização de obras de construção, reconstrução e ampliação de unidades escolares, além de ceder o repasse de recursos às escolas estaduais, para sua manutenção, despesas estas imprescindíveis ao início do ano letivo, bem como a realizar o pagamento de juros e amortizações de empréstimos.

Certo de Poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica excepcionalmente autorizada a Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR a empenhar até o limite de 3/12 (três doze avos) do total dos recursos alocados em seu orçamento para o exercício de 1991, no período compreendido entre 1º de janeiro de 15 de março de 1991.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Dirijo-me a Vossa Excelência para em razão do pedido de licença do Deputado José Alves, indicar o nome do Deputado Nilton César Servo para ocupar os cargos de titular e suplente das comissões técnicas desta casa, em substituição ao Deputado licenciado.

Sem mais para o momento, reitero a Vossa Excelência, meus protestos de alta estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 12.03.91.

(a) ERONDY SILVÉRIO
Líder do PTB

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 327

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 12.03.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 333

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REQUER conforme o artigo 121 do Regimento Interno a anexação do Projeto de Lei nº 44/91 ao Projeto de Lei Complementar nº 48/91.

Sala das Sessões, em 12.03.91.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 341

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, requer a anexação ao Projeto de Resolução nº 21/91, apresentado nesta data, dos documentos constantes do Projeto de Lei nº 401/89, que criou o município de Entre Rios do Oeste, desmembrado de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 12.03.91.

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

O município de Entre Rios do Oeste foi criado pela Lei nº 9.301, de 19 de junho de 1990, como resultante da tramitação do Projeto de Lei nº 401/89, a documentação anexa neste Projeto faz-se necessária para instruir o projeto de resolução que ora apresentamos, visando autorizar a realização do plebiscito para que a população se pronuncie a respeito, passo este requerido pela Lei Complementar nº 56 e constante do art. 238 do Regimento Interno.

REQUERIMENTO Nº 342

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a anexação ao Projeto de Resolução nº 20/91, apresentado nesta data, dos documentos constantes do Projeto de Lei nº 267/90, que criou o

município de Pato Bragado, desmembrado de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 12.03.91.

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

O município de Pato Bragado foi criado pela Lei n° 9.299 de 19 de junho de 1990, como resultante da tramitação do Projeto de Lei n° 267/90. A documentação anexada neste projeto faz-se necessária para instruir o projeto de resolução que ora apresentamos, visando autorizar a realização do plebiscito para que a população se pronuncie a respeito, passo este requerido pela Lei Complementar n° 56 e constante do art. 238 do Regimento Interno.

REQUERIMENTO N° 337

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário formação de comissão externa composta de 03 Deputados para ir a Brasília e junto ao Ministro Antonio Rogério Magri - da Previdência Social, colocar a grave situação dos aposentados em decorrência do fechamento dos escritórios da Representação da Previdência na maioria dos municípios do Brasil.

Sala das Sessões, em 12.03.91.

(a) MÁRIO BEZERRA

REQUERIMENTO N° 339

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas parlamentares, REQUEM a formação de Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, conforme art. 36 do Regimento Interno, composta de onze (11) membros, para apurar a real situação do sistema financeiro estadual e das finanças públicas do Estado do Paraná, haja vista a controvérsia que tomou conta sobre os números que têm sido divulgados pela imprensa e pelo Governo do Estado acerca da situação financeira do Estado e sobre os motivos que levaram o Banco Central a liquidar o Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná - BADEP e que este Poder tem a obrigação de esclarecer a população paranaense, sob pena de compactuar com as acusações que tem sido feitas por pessoas que já ocuparam cargos de relevância no Estado, e até a Presidência do BADEP, como é o caso da denúncia feita pelo Senhor Celso Sabóia na Revista ISTO É SENHOR, de 06/03/91, que acusou o governador do Estado de negligência no caso BADEP.

Sala das Sessões, em 12.03.91.

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO;

ERNANI PUDELL e

DOCTOR ROSINHA.

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti, Domingos Carvalho, Rossoni, Algaci Túlio,

Rafael Grega de Macedo, Antônio Annibelli, Carlos Simões, Emília Belinati, Lourenço Fregonese, Ademar Traiano, Erondy Silvério, Dalton Machuca, Plauto Miró Guimarães, Paulo Maia, Albino Corazza, Colombino Grassano, Hermas Brandão e 01 (um) ilegível.

REQUERIMENTO N° 326

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Pesar Pelo Falecimento do Sr. Jordomiro da Silva Santos, antigo morador de Francisco Beltrão, onde se instalou há mais de 22 anos. Requerendo-se, mais, que do ato seja informada a família enlutada.

Sala das Sessões, em 12.03.91

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

Jordomiro da Silva Santos radicou-se na cidade de Francisco Beltrão há cerca de 22 anos. Hábil profissional de mecânica, logo ficou conhecido. Muitos anos dedicou seus serviços a importante oficina especializada mantida pela revendedora da marca Chevrolet naquela cidade. Casado com a professora Maria Narcisa Silva Santos, deixa três filhos. Seu passamento consternou a cidade que o homenageou como verdadeiro filho; homenagem a que ora associamos do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO N° 338

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações a aplausos ao Dr. Ciro Ferreira Gomes, Governador eleito do Ceará, pela sua investida no governo do progressista Estado cearense.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Dr. Ciro Ferreira Gomes, bem como ao Doutor Tasso Ribeiro Jereissati, atual governador daquele estado.

Sala das Sessões, em 12.03.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

A eleição do Dr. Ciro Ferreira Gomes, para as elevadas funções de Governador do progressista Estado do Ceará, encheu de júbilo todo o povo do Ceará, bem como os seus amigos e admiradores, entre os quais este Deputado.

Os nossos irmãos cearenses, contarão com a inteligência, o patriotismo, a cultura, o espírito público de uma das figuras mais importantes da recente história política do Ceará.

O Dr. Ciro Ferreira Gomes, com seu talento, com sua cultura, saberá honrar a

confiança que lhe foi depositada pelo povo para gerir os destinos do governo daquele Estado, cuja escolha recai sobre a pessoa perfeitamente identificada com a problemática cearense, temos certeza que exercerá com brilho mais esta responsabilidade que lhe foi confiada pelo povo, cuja administração, certamente, será tão brilhante quanto ao seu antecessor Governador Tasso Ribeiro Jereissate, considerado um dos melhores Governadores do país.

REQUERIMENTO N° 323

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, voto de regozijo pela nomeação do Excelentíssimo Sr. Carlo G.P.Molinari, para o alto cargo de Consul Geral da Itália nos Estados do Paraná e Santa Catarina, enviando ao ilustre diplomata votos de congratulações, no seguinte endereço: Consulado Geral da Itália - caixa postal, n° 1093 - Curitiba - Pr.

Sala das Sessões, em 12.03.91

(a) COLOMBINO GRASSANO.

JUSTIFICATIVA:

A clareza e o fino trato, aliado a sua cultura, credenciam o Consul Carlo G.P.Molinari ao cargo lhe agraciado pelo Governo Italiano.

Honra ele a diplomacia e certeza há de que sua indicação e nomeação estreitarão os laços de amizade entre o nosso país e o governo e povo italiano.

REQUERIMENTO N° 322

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, REQUEREM moção de repúdio à violência contra as lideranças dos trabalhadores rurais no Estado do Pará, ao descaso das autoridades daquele Estado em relação à apuração dos crimes e punição dos culpados, assim como exigindo providências objetivando a imediata apuração e punição dos culpados pelos assassinatos.

Sala das Sessões, em 12.03.91

(aa) ERNANI PUDELL

Dr.ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO.

JUSTIFICATIVA:

A violência no campo, em inaceitável e crescente escalada, foi responsável, já no início de 1991, pelo desaparecimento de dois sindicalistas no Estado do Pará, lideranças combativas na luta pela terra e por justiça social em nossa Pátria. Desta vez, após mais de quatrocentos assassinatos nos últimos dez anos, foram Expedito Ribeiro de Souza, no dia 02 de fevereiro,

e Sebastião Ribeiro da Silva, no último dia 7. No dia 4 de março, Carlos Cabral Pereira, sucessor de Expedito Ribeiro no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, foi ferido a bala, em mais um atentado contra os trabalhadores, promovido por aqueles que, insensíveis à luta do povo por melhores condições de vida e preocupados unicamente com a acumulação crescente de capital, vêm espalhando o terror no meio rural.

Incrementada de forma seletiva, com a eliminação das lideranças dos trabalhadores e seus aliados, como advogados, padres e lideranças parlamentares, a violência no campo de todos quantos desejem uma Nação livre e justa em sua estrutura social, um brado dizendo basta à situação de conflito existente.

Requerem, também, que da decisão deste Parlamento seja dada ciência ao Ministro da Justiça, ao Ministro da Agricultura, ao Governador do Estado do Pará, à Prefeitura e à Câmara Municipal dos Municípios de Rio Maria e Tailândia (Pará), ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria e à liderança do Partido dos Trabalhadores na Assembléia Legislativa do Pará.

REQUERIMENTO N° 321

Senhor Presidente.

O Deputado Alceu Swarowski, que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam enviados ofícios ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Fernando Collor de Mello, ao Excelentíssimo Sr. Secretário Nacional dos Transportes e ao Diretor do D.N.E.R., encarecendo urgentes providências para a recuperação dos acostamentos da Br.116, trecho Rio Negro - Curitiba, sobretudo no trecho Rio Negro - Quitandinha onde os pontos críticos já chegaram até as bordas da pista asfáltica.

Sala das Sessões, em 12.03.91

(a) ALCEU SWAROWSKI.

JUSTIFICATIVA:

As violentas chuvas de 1983, erodiram aqueles acostamentos até as bordas da camada asfáltica, criando situações de risco iminente para os milhares de motoristas que trafegam naquela rodovia, diariamente.

A vida humana é inestimável.

Cabe aos órgãos federais evitar o mal maior: perdas de vidas preciosas e prejuízos aos cofres da União, com as indenizações posteriores por omissão deles.

Assim se a Br.116 é o "corredor da morte", mais pela imprudência dos motoristas, agora, a morte ronda aquela rodovia, pela desatenção da União.

Acreditamos no novo Brasil, com soluções imediatas para os grandes problemas

nacionais.

Cremos que Vossa Excelência prontamente atenderá essa reivindicação.

REQUERIMENTO N° 340

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de acordo com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, officie-se ao governo do Estado do Paraná, à Secretaria de Estado da Educação, bem como ao Ministério de Educação, no sentido de que se viabilize a criação de um colégio agropecuário na região de Nova Esperança, a nível de 2° Grau de Ensino, em regime de internato e semi-internato.

Sala das Sessões, em 12.03.91

(a) NILTON CEZAR SERVO.

JUSTIFICATIVA:

A região de Nova Esperança abrange uma quantidade expressiva de municípios, todos eles de atividades ligadas à agricultura e à pecuária. Citem-se os municípios de Mandaguçu, Ourizona, São Jorge do Ivaí, Florai, São Carlos do Ivaí, Atalaia, Presidente Castelo Branco, Uniflor, Cruzeiro do Sul, Paranacity, e Alto Paraná.

Em Nova Esperança e em alguns municípios mais próximos, destaca-se a sericultura, desenvolvida com bastante expressividade entre pequenos agricultores.

A soja, o milho, o trigo, o café e a cana-de-açúcar formam as culturas principais da região, aparecendo também, em produção inicial e significativa, a laranja.

Na pecuária, o gado bovino e ovino ocupam áreas consideráveis das terras da região. Destaque-se também a criação de frangos de corte e a produção de ovos, com um crescimento constante de produtores nesse setor, com demanda de produção para a região, para outras regiões do Estado e para outros Estados brasileiros.

A criação de um colégio agropecuário é de suma importância para essa região, com oferta de mão-de-obra especializada no setor. A escola agrícola pública mais próxima situa-se na cidade de Apucarana, com capacidade de matrícula já esgotada, em vista da procura. Há em Ivatuba, município próximo à Maringá, um colégio agrícola de iniciativa particular. E só.

Dai, nossa primeira preocupação, ao adentrarmos esta Casa de Leis, objeto deste nosso requerimento. Nosso pedido, endereçado ao Governo do Estado do Paraná, especificamente para a Secretaria de Estado da Educação, é extensivo ao Senhor Ministro da Educação, Senhor Carlos Chiarelli.

As condições de internato e semi-internato são as próprias de toda escola agropecuária. Sendo a nível de 2° Grau de Ensino, formará técnicos de 2° Grau, prontos a operarem na região e no Estado, na área agropecuária.

REQUERIMENTO N° 324

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido Plenário, seja encaminhado expediente a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, reiterando a solicitação anterior referente a liberação de recursos destinados à reconstrução da Escola Rural Estadual "Sagrado Coração de Jesus", da localidade de Cortiço, distrito de Porto Soares município de Rio Azul-Pr.

Sala das Sessões, em 12.03.91

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Anteriormente formulados o mesmo pedido à consideração da Secretaria de Estado da Educação, para determinar estudos para a reforma da Escola Rural Estadual "Sagrado Coração de Jesus", da localidade de Cortiço, distrito de Porto Soares, município de Rio Azul.

Voltamos agora com a mesma solicitação porque a situação agrava-se dia a dia, pois o prédio da Escola encontra-se em precárias condições, por esta razão estamos apelando novamente para a questão de tamanha importância.

REQUERIMENTO N° 325

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, professora Gilda Poli Rocha Loures, reiterando solicitação anterior referente a liberação de recursos para a reconstrução da Escola Rural Estadual "São Francisco" da localidade de Butiazal, município de Rio Azul.

Sala das Sessões, em 12.03.91

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Os jovens estudantes que freqüentam a Escola Rural Estadual "São Francisco", da localidade Butiazal, município de Rio Azul, clamam pela melhoria da referida escola que se encontra em precárias condições. Portanto, essa é a razão precípua que nos leva a reivindicar novamente a Excelentíssima Senhora Professora Gilda Poli Rocha Loures, Secretária de Estado da Educação, para que determine as necessárias medidas para solucionar o problema.

REQUERIMENTO N° 334

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente dirigido

ao Ilustríssimo Senhor Presidente do Banco do Brasil, bem como ao Ilustríssimo Senhor Superintendente do Paraná, objetivando manifestar contrariedade ao anunciado fechamento das agências localizadas nas municipalidades de Rio Azul e Teixeira Soares.

O presente requerimento é mais uma manifestação em protesto a tal medida. Como no telex encaminhado e em outra ocasião ofício, reiteramos a nossa preocupação, do modo pelo qual essa direção tenta resolver um problema interno, criando outro maior, em face das consequências negativas sob o ponto de vista sócio-econômico.

A existência das aludidas agências não ocorre por mero acaso. É fruto da luta de seu laborioso povo, em que o Banco do Brasil, reconhecendo a pujança da região, se instalou devido ao inegável potencial.

Novamente, é fundamental ressaltar o elevado número de operações movimentadas nas agências. A começar por Rio Azul, com mais de 1610 contas correntes, movimentando em média 12 milhões, lá foram contratados 796 financiamentos agrícolas, com aplicação total de 170 milhões de cruzeiros, além de 1200 poupanças superando 60 milhões.

Com relação ao município de Teixeira Soares, em seus mais de 11 anos de funcionamento, sempre apresentou crescimento das suas atividades, possuindo mais de 700 contas correntes e 900 em poupança, responsável ainda por 450 operações de crédito agrícola.

Tais dados numéricos servem tão somente para evidenciar em parte a nossa posição. Queremos, acima de tudo, destacar os incontornáveis prejuízos à economia de Rio Azul e Teixeira Soares, muito particularmente aos pequenos e médios produtores rurais que dependem do apoio financeiro dessa instituição, que seriam punidos absurda e injustamente por uma medida que fere frontalmente os reais interesses dos municípios em questão.

Assim sendo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, ao renovarmos este apelo, esperamos que haja a sensibilidade para com o assunto tão sério, merecedor de uma decisão acertada, que seguramente não virá da interpretação puramente técnica, mas sim levando em conta o lado econômico e social.

Sala das Sessões, em 12.03.91
(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO N° 332

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, vem, por meio deste solicitar a Vossa Excelência que se digne determinar a consignação em Ata do telex enviado ao governador de São Paulo.

Sala das Sessões, em 12.03.91

(a) CLEITON KIELSE.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 22/91
Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Os artigos 88, 89, 90 e 91 - Seção I - Das Sessões Públicas do Regimento Interno, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. -

§ 1° - A discussão da Ata não deverá exceder ao horário destinado ao Pequeno Expediente da sessão, que terá a duração de quinze minutos.

§ 2° -

§ 3° - Será feita a leitura do expediente, dos pareceres das Comissões, dos projetos, indicações e requerimentos que se acharem sobre a mesa, os quais serão mandados publicar. Esgotado o prazo, a matéria não lida será despachada pelo 1° Secretário para publicação.

Art. 89 - Na discussão da Ata, qualquer Deputado poderá usar da palavra, uma vez e apenas para retificá-la.

Art. 90 - Findo o Pequeno Expediente, passar-se-á à matéria destinada à Ordem do Dia.

§ 1° - Presente a maioria absoluta dos Deputados, dar-se-á início às votações, que obedecerão à ordem estabelecida no § 1° do art. 101.

§ 2° - Não havendo número para a votação, o Presidente anunciará o debate da matéria a ser discutida; mas, logo que houver maioria legal para deliberar, o Presidente convidará o Deputado que estiver com a palavra a interromper o seu discurso, para se proceder às votações.

§ 3° - As votações não serão interrompidas, salvo se se verificar a falta de número, constatada pela chamada nominal, hipótese em que ficarão para a Sessão seguinte.

§ 4° - Terminadas as votações, o Presidente anunciará o debate da matéria em discussão, o qual será encarregado se nenhum Deputado se houver inscrito ou solicitado a palavra, passando-se à sua imediata votação, se houver número.

§ 5° - Se não houver número para a votação imediata deverá ser reservado espaço, para esse fim, na Ordem do Dia seguinte.

Art. 91 - Após concluída a Ordem do Dia, passar-se-á ao Grande Expediente, assim distribuído.

I - sessenta minutos, no máximo, des-

tinados aos oradores inscritos ou, na falta destes, aos que solicitarem a palavra para versar assuntos de livre escolha, não podendo cada orador exceder ao prazo de 15 minutos, permitindo apartes;

II - sessenta minutos, improrrogáveis, destinados às lideranças de Bancadas Partidárias ou Blocos Parlamentares, que versarão sobre assuntos de livre escolha, proibidos os apartes;

III - Trinta minutos destinados às explicações pessoais, a Deputados que solicitarem a palavra para versar sobre assunto de livre escolha, não podendo cada orador exceder ao prazo de dez minutos:

§ 1º - Os sessenta minutos iniciais serão ocupados segundo a ordem cronológica de inscrição ou de pedido para uso da palavra.

§ 2º - A hora destinada às lideranças partidárias, dividida equitativamente, será atribuída aos Líderes por ordem inversa à determinação pelo número de integrantes das representações partidárias.

§ 3º - Aos Líderes de bancadas é facultado delegar a liderados seus o uso da palavra.

§ 4º - Ausente o Líder, competirá ao mais idoso dos vice-Líderes presentes o uso da palavra ou membro da bancada para fazê-lo.

§ 5º - Na falta dos Líderes e vice-Líderes, ao mais idoso dos integrantes de cada bancada fica transferida a competência de que tratam os parágrafos anteriores.

§ 6º - A nenhum Deputado é lícito fazer uso da palavra, para explicações pessoais, mais de uma vez, e demorar-se na tribuna mais de dez minutos, prorrogáveis, a critério do Presidente, por igual tempo".

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.03.91.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Apoiamento:

Mário Bezerra, Nelson Justus, Toti Colação, Severino Félix, Edson Silva Lino, Neivo Beraldin, Artagão Mattos Leão, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Carlos Simões, Luiz Carlos Martins, Antônio Annibelli, Dobrandino da Silva.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 51/91

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a privatizar o Serviço de Transporte Marítimo de Veículos (Ferry-boat), na

baía de Guaratuba.

Art. 2º - No prazo de 90 (noventa) dias da publicação desta lei, o Poder Executivo tomará as medidas necessárias para a abertura de concorrência pública para a exploração daquele serviço.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.03.91.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

O transporte marítimo de veículos na baía de Guaratuba deve ser privatizado da mesma forma que o é o transporte rodoviário de passageiros.

Já existe um bom exemplo ocorrendo na Baía de Paranaguá, mais precisamente em Pontal do Sul na ligação com a Ilha do Mel.

A privatização, além de aliviar o Estado de um serviço deficitário, modernizará aquele meio de transporte obrigatório aos que demandam a Guaratuba pela estrada que leva também a Paranaguá.

O benefício que esta lei trará ao desenvolvimento turístico de Guaratuba será sem precedentes, evitando-se as quilométricas filas que se formam nos meses de verão, além de evitar o congestionamento e o perigo do tráfego na outra opção de ida ao litoral que seria pela BR-101, cognominada de "corredor da morte".

PROJETO DE LEI N° 52/91

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proprietários e Moradores do Conjunto Residencial Fazendinha, APROMOCARF, com foro nesta cidade de Curitiba e sede à Rua Carlos Klemtz, 1.201.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação em Diário Oficial, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.03.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Temos a grata satisfação de intermediar o requerimento de Utilidade Pública da ASSOCIAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS E MORADORES DO CONJUNTO RESIDENCIAL FAZENDINHA, APROMOCARF, nesta egrégia Casa de Leis.

A referida entidade é sociedade civil, de duração ilimitada, de âmbito local, fundada em 15 de março de 1987, com sede e foro no lugar denominado: Conjunto Residencial Fazendinha, sita à rua Carlos Klemtz, 1201, no Bairro do Portão, distrito de Curitiba, município do mesmo nome, Estado do Paraná.

Dentre os objetivos da Associação, destaca-se o propósito em trabalhar per-

sistentemente, junto aos órgãos do governo municipal, estadual e federal, no sentido de conseguir melhoramentos quando for o caso, em prol da comunidade do Conjunto Residencial Fazendinha.

Grande tem sido a luta da associação, nos dois anos de sua existência, representando o interesse dos seus associados e, conseqüentemente, do Conjunto Residencial Fazendinha, junto ao Poder Judiciário, em todas as suas instâncias, quando necessário.

Reconhecer tal entidade como de utilidade pública e, nada mais, nada menos, que reconhecer como de utilidade pública é, nada mais, nada menos, que reconhecer como de utilidade pública o trabalho que vem desenvolvendo em favor da comunidade do Conjunto Fazendinha, revertido em reais e relevantes conquistas para todos os moradores.

Diante disto confiamos no apoio dos nobres Pares nesta Casa, no sentido de aprovar o presente plano de lei.

PROJETO DE LEI N° 53/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadã Benemerita do Estado do Paraná a Excelentíssima Senhora EDITE PIZZATTO, pelos relevantes serviços prestados ao nosso Estado.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.03.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Esta homenagem decorre dos grandes serviços que dona Edite Pizzatto presta ao nosso Estado do Paraná, onde nasceu, em 1918.

É por bem conhecê-la que trazemos ao colendo Plenário esta proposição.

Pretende-se homenagear esta brava mulher que ainda muito jovem, em 1940, depois de haver se casado com Dr. Antero Sadi Pizzatto, transferiu residência para o Instituto de Medicina e Cirurgia do Paraná. Neste momento deixou tantas vaidades e ambições pessoais, naturais de qualquer pessoa de sua idade, para dedicar-se à manutenção daquele estabelecimento hospitalar.

Em 1954, fundou a REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER dando um passo decisivo no voluntariado e atividades sociais em câncer, em nosso Estado.

Durante quatro décadas, vem se empenhando ao trabalho belo e generoso junto à pessoa cancerosa, constituindo-se numa espécie de "Padroeira" desses enfermos.

Correu todo o Brasil em jornadas, con-

gressos, seminários e outras atividades, colhendo conhecimentos que, sendo de grande valia para o seu trabalho, não substituiriam jamais, seu amor ao próximo - essa verdadeira solidariedade humana.

Está lá, ainda hoje, no Hospital Erasmo Gaertner com quem teve larga convivência, trabalhando com dedicação e abnegação.

De forma sistemática, detalhada e metodológica fala o curriculum de dona Edite Pizzatto, com tantas coisas que fez, recolheu e construiu.

Nós falamos com amor e admiração, pelas tantas coisas boas e generosas que fez por grande parte do povo deste Paraná.

Por isso, queremos homenageá-la, fazê-la sentir que há mais passos nesta caminhada em que, certamente, vai na linha de frente, ativa e determinada, Edite Pizzatto, esta brava guerreira!

PROJETO DE LEI N° 54/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Creche Nossa Senhora de Lourdes", com sede e foro em Apucarana, neste Estado.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.03.91.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A presente medida justifica-se face aos objetivos eminentemente beneficentes da "Creche Nossa Senhora de Lourdes" de Apucarana, que atende atualmente a 100 (cem) crianças por dia, assistindo-as nos períodos em que seus responsáveis trabalham ou por qualquer outro motivo não podem atendê-las.

Assistindo a crianças de famílias de baixa renda, a aludida entidade tem reconhecidamente utilidade pública.

O SR. PRESIDENTE - (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao 1° orador inscrito Senhor Deputado Toti Colaço.

O SR. ANTÔNIO TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados; o que me traz nesta tarde na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a fazer um pequeno pronunciamento diz respeito ao Banco do Brasil, muito especialmente ao fechamento de muitas agências do Banco do Brasil que está se procedendo no nosso Estado. Especificamente, de minha parte eu me reporto à agência do Banco do Brasil do município de Teixeira Soares e do municí-

pio do Rio Azul.

Para que os Senhores Deputados tomem ciência, a agência do Banco do Brasil de Teixeira Soares já vem funcionando há mais de dez anos. Há dois anos atrás foi construída uma agência nova, foi feito um levantamento econômico, das viabilidades econômicas daquele município, onde as autoridades locais acompanharam levantamentos e o próprio município de Teixeira Soares fez a doação de um terreno nobre no centro da cidade ao Banco do Brasil. E hoje vemos com tristeza o fechamento daquela agência, mais o que mais me intristece é que por ocasião da instalação e da construção da agência toda comunidade foi ouvida, e agora no momento do seu fechamento pura e simplesmente um ato da alta direção do Banco do Brasil deixa lá um município, uma comunidade, um Prefeito, sem sequer serem ouvidos à mercê do tempo. O que está acontecendo no município de Teixeira Soares está acontecendo da mesma forma no município de Rio Azul, e parece-me que está acontecendo também em outras regiões do nosso Estado. E é por esta razão que eu conclamaria os Senhores Deputados para que juntos nós façamos um levante aqui no Paraná no sentido de nós nos posicionarmos e exigirmos da mais alta direção do Banco do Brasil explicações claras com relação ao fechamento dessas agências, sob pena de nós, como representantes do povo, pagarmos aquilo que já os nossos pequenos agricultores vêm pagando ao longo do tempo.

Meus prezados companheiros Deputados, eu gostaria de enviar, e vou dar entrada na Mesa a um requerimento para que seja apreciado pelos ilustres Deputados e que nós formemos um bloco de Parlamentares e vamos fazer com que o Paraná não seja prejudicado mais uma vez. Tomara que não haja interferência política neste fato. Tomara que não esteja havendo interesses políticos fazendo com que essas agências sejam fechadas indiscriminadamente. Assim sendo, Senhor Presidente, se Vossa Excelência me permitir gostaria de fazer a leitura do requerimento que estou dando entrada à Mesa Executiva: (Lê):

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente dirigido ao Ilustríssimo Senhor Superintendente do Paraná, objetivando manifestar contrariedade ao anunciado fechamento das agências localizadas nas municipalidades de Rio Azul e Teixeira Soares.

O presente requerimento é mais uma manifestação em protesto a tal medida. Como no telex encaminhado e em outra ocasião

ofício, reiteramos a nossa preocupação, do modo pelo qual essa direção tenta resolver um problema interno, criando outro maior, em face das conseqüências negativas sob o ponto de vista sócio-econômico.

A existência das aludidas agências não ocorre por mero acaso. É fruto da luta de seu laborioso povo, em que o Banco do Brasil, reconhecendo a pujança da região, se instalou devido ao inegável potencial.

Novamente, é fundamental ressaltar o elevado número de operações movimentadas nas agências. A começar por Rio Azul, com mais de 1610 contas correntes, movimentando em média 12 milhões, lá foram contratados 796 financiamentos agrícolas, com aplicação total de 170 milhões de cruzeiros, além de 1200 poupanças superando 60 milhões.

Com relação ao município de Teixeira Soares, em seus mais de 11 anos de funcionamento, sempre apresentou crescimento das suas atividades, possuindo mais de 700 contas correntes e 900 em poupança, responsável ainda por 450 operações de crédito agrícola.

Tais dados numéricos servem tão somente para evidenciar em parte a nossa posição. Queremos, acima de tudo, destacar os incontornáveis prejuízos à economia de Rio Azul e Teixeira Soares, muito particularmente aos pequenos e médios produtores rurais que dependem do apoio financeiro dessa instituição, que seriam punidos absurda e injustamente por uma medida que fere frontalmente os reais interesses dos municípios em questão.

Assim sendo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, ao renovarmos este apelo, esperamos que haja a sensibilidade para com o assunto tão sério, merecedor de uma decisão acertada, que seguramente não virá da interpretação puramente técnica, mas sim levando em conta o lado econômico e social. Sala das Sessões, em , assinado: TOTI COLAÇO.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Dentro do Pequeno Expediente, com a palavra o nobre Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Não pretendia eu refutar ou questionar declarações vinculadas em jornais, uma referência feita em uma reunião do PSDB pelo ex-Governador José Richa, atual Senador da República.

No entanto, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, por respeito a esta Casa, na qual convivi oito anos, e os companheiros eleitos e reeleitos conhecem perfeitamente o meu procedimento durante todo o percurso da minha vida pública, de tal forma, que

no terceiro mandato consecutivo que exerço não tenho sequer um cargo em toda a estrutura do Poder Público do Paraná, que tenha sido sequer, indicado por mim, nem um. Não tenho parentes, não tenho cargos, não tenho amigos indicados.

E, não procederia de forma diferente pelo respeito que tenho à função de ser Parlamentar. Acho que devemos na função de parlamentar primar pela nossa conduta porque ela é uma representação popular e temos que ter a cabeça erguida a cada instante para podermos subir na tribuna e questionarmos atos que não sejam lícitos ou legais, sabendo que ninguém em um aparte vai nos contestar ou nos desmoralizar.

Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, no ano de 1969, portanto, há vinte anos atrás, fiz um concurso para tabelião no município de Planalto, em cartório distrital, um concurso, não ganhei cartório, concorri em um cartório, e fui nomeado em um concurso; e depois de oito anos de mandato continuo com um cartório distrital no município de Planalto. Portanto, nunca exerci tráfico de influência. E tenho companheiros aqui nesta Casa, serventuários também, que conhecem o procedimento, dentro do Judiciário, de qualquer serventuário, na vacância de um cartório, aberto o concurso de remoção, de pedir remoção para aquele cartório, aliás, este é o critério utilizado legalmente para o preenchimento de cartórios vagos de tal sorte que isto é na vida. O juiz de direito, quando faz concurso, é nomeado juiz substituto; quando vaga uma comarca de primeira instância, e abre-se concurso de remoção, os juizes substitutos pedem remoção para aquela comarca, porque é ascendência na sua profissão. Quando um gerente de banco está numa cidade pequena do interior e vaga uma agência melhor ele entra no concurso de remoção para agência melhor. Quando um cartorário de um cartório de interior sente abrir, vagar um cartório de uma cidade maior, abre-se concurso de remoção, e esses cartorários todos se inscrevem.

Quando eu me inscrevi, mais de cinquenta serventuário do Paraná inteiro se inscreveram em um concurso de remoção. Inscrevia-se Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, no Tribunal de Justiça que, por critérios de antiguidades e outros tantos, elabora uma lista tríplice e esta lista tríplice é enviada ao Governo do Estado apenas para que ele proceda o ato de transferência. E isto ocorreu. O Tribunal de Justiça colocou-me junto com dois colegas para um cartório do 3º Tabelionato de Cascavel e o então Governador não nos nomeou; ficou um ano na gaveta e não nomeou ninguém, tanto que um ano depois, quando o então Governador João Elísio assumiu o Governo e nomeou uma outra pessoa para este

cartório.

E eu não poderia, por respeito aos companheiros desta Casa, deixar passar em branco acusações levianas colocadas como se fosse um ato imoral alguém exercer o seu legítimo direito de um pedido de remoção e que nós poderíamos ficar felizes se o critério de nomeação dos cartórios no Paraná se abrisse exatamente desta forma para permitir que centenas de tabeliães, escrivão do Cível, do crime das cidades pequenas tivessem o direito de ascensão.

Portanto, Srs. Parlamentares, não como resposta, não quero polemizar este assunto, tenho profundo respeito e grande admiração pelo Senador José Richa...

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Deputado Caíto, Vossa Excelência utiliza o Horário do PMDB por direito.

O SR. CAÍTO QUINTANA - ...Apenas para dar aos meus colegas...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Vossa Excelência então, me permite, neste instante um aparte?

(Assentimento)

Eu acho que é desnecessário a presença de Vossa Excelência na tribuna expondo à Casa particularidades da vida pessoal de Vossa Excelência, Vossa Excelência durante todos os anos em que convivemos neste Poder demonstrou, além da inata capacidade de legislador, uma retidão de caráter impressionante.

Eu também tenho grande apreço pelo Senador José Richa, mas lastimo, profundamente, as acusações infundadas que aquele nobre Senador fez com relação à pessoa de Vossa Excelência. Vossa Excelência receba a minha solidariedade, solidariedade que não pude dar-lhe por ocasião da eleição da Mesa, porque o meu partido, o Partido Trabalhista Brasileiro tinha um candidato, isso eu expliquei a Vossa Excelência, mas reconheço em Vossa Excelência um parlamentar capaz, cioso de suas obrigações, grande Relator da Constituição do Estado, que vai deixar nesta Casa uma lacuna difícil de ser preenchida, agora que Vossa Excelência foi convocado para compor a equipe administrativa do novo Governador mas lá Vossa Excelência estará servindo o Paraná, como prêmio da sua inteligência.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu agradeço ao Deputado Erondy Silvério e encerro por aqui, até porque eu não gostaria que nós polemizássemos este assunto. É assunto encerrado, apenas eu faço esse registro na tribuna como respeito aos companheiros da Assembléia Legislativa, para que nós não tenhamos imagens distorcidas um dos ou-

tros, fundamentadas em coisas que não conferem com a verdade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Deputado

Caíto Quintana, me permita o Plenário, em nome da Mesa Executiva da Assembléia, tenho certeza em nome também do Presidente Anibal Khury, esta Mesa é solidária a Vossa Excelência, fazendo das palavras do Deputado Erondy Silvério as nossas palavras também. Nós somos testemunhas da sua atuação como Parlamentar dentro desta Casa e evidentemente entendemos que foi um momento infeliz, uma declaração que acabou, tenho certeza que não atingiu a sua pessoa, porque não há o que atingi-lo, pela sua conduta que teve neste Plenário, e eu aprendi a admirá-lo durante os quatro anos com quem convivi aqui neste Plenário.

Receba a nossa admiração, não solidariedade, porque Vossa Excelência está acima de qualquer pedido de solidariedade.

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Eu faço uso da tribuna, para requerer junto à Mesa, com anuência do Plenário, a formação de uma comissão externa para ir até Brasília tentar sensibilizar o Ministro Magri.

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, não bastasse os graves transtornos que a agricultura do Brasil sofre, resolveu-se através do Ministério da Previdência se fechassem os escritórios de representações, aqueles organismos que encaminham os benefícios de aposentadoria do homem, principalmente da roça. Desde 1970/71, existem estes escritórios e agora resolveu-se extinguir estas representações, porque argumentam que essas representações servem como instrumento político eleitoral.

Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, como é que os pretensos candidatos à aposentadoria da zona rural irão encaminhar os seus processos junto à Previdência Social. Argumentam que vai passar a responsabilidade para o correio. O correio não vai ter condições físicas nem administrativa para poder manter os benefícios da área da previdência social. É utópico o que estão fazendo a nível de Ministério e até agora eu não vi ninguém se manifestar a este respeito.

Como trabalhei durante 5 anos de minha vida na área da previdência, eu sei da dificuldade enfrentada pelo homem da roça. Então eu solicito junto à Mesa, com anuência do Plenário, a formação de uma comissão externa para que nós possamos ir a Brasília, dois ou três Deputados, conver-

sar com o Ministro, dizer a ele que está cometendo um crime para com o pobre homem da roça. Fechar-se as representações não é a solução. A solução seria se fortalecer os órgãos representativos da área rural.

Eu faço um apelo aqui ao nobre Deputado Severino e demais componentes da Comissão de Agricultura. Deputado, a coisa é séria. Se o Ministro não for sensibilizado, os aposentados da área rural, além de receberem 50% do salário, não terão direito nem de requerer os benefícios, porque o Correio não vai dar conta disto. Vai ser um verdadeiro tumulto na vida daqueles que querem receber um benefício de aposentadoria.

Então, como o Paraná é o Estado maior produtor agrícola do Brasil, eu requeiro junto a esta Assembléia uma comissão para ir até o Ministério para sensibilizá-lo e dizer que ele está errado, que fechar-se as representações não é a solução para acabar com os currais eleitorais. Temos é que fortalecer e melhorar as condições do homem da roça e não fechar-se as representações. Isto eu peço em caráter de urgência, Senhor Presidente, porque as representações já estão sendo fechadas e milhares e milhares de trabalhadores da área rural, principalmente, já estão aí sem saber o que fazer na hora em que forem requerer o benefício, quando completarem 65 anos de vida. Realmente uma calamidade a mais que o Governo impõe ao homem da roça.

Eu gostaria de solicitar ao Presidente o espaço que é concedido à Liderança do PRN.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Vossa Excelência passa a usar, a partir de agora, o Horário da Liderança do PRN.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, um outro aspecto importante que eu trago nesta tribuna para todos: eu estive em conversa com as Lideranças dos sericicultores da região noroeste do Paraná; já foi inclusive matéria discutida numa reunião com o Bloco da Agropecuária e eu ventilei alguma coisa a respeito naquele dia. E hoje eu trago um pequeno relatório que o Presidente da Associação dos Sericicultores de Cianorte me encaminha, para falar a respeito da grave situação dos sericicultores, principalmente da região Noroeste, que é a região que mais tem bicho-da-seda, que mais cria bicho-da-seda no Paraná. Diz assim o ofício remetido a este Deputado: (Lê): "Vimos por meio deste levar a seu conhecimento as dificuldades encontradas ultimamente no exercício da sericicultura.

Há alguns anos atrás, empresas e cooperativas que atuam no comércio dos fios

de seda, firmaram acordo com os produtores que se constituía de: estas se propunham a pagar ao produtor 4,25 dólares por quilo de casulo com teor de 17% de seda. Outro ponto colocado aos produtores foi uma enorme motivação no sentido da erradicação de outras lavouras, e da proliferação do plantio de amoreiras, colocando esta como uma alternativa de fixar o homem no campo devido ao produto ter mercado externo garantido.

No caso particular do nosso município, havia promessas por parte da BRATAC de instalar um depósito receptor de casulo, após dois anos de produção. A assistência técnica seria permanente, atingindo assim, a todos os produtores.

Diante disto, queremos lhe informar a atual situação por que estamos atravessando:

- diminuíram o preço do casulo em 40%;
- tiraram o prêmio que era concedido aos que criam bicho em bosques de papelão;
- cada conjunto de bosques, o produtor pagava com 1 quilo de casulo. Hoje este mesmo conjunto está avaliado em 3,8 quilos;
- diminuíram a quantidade de larvas por caixa, em torno de 20%, sendo que o preço continua equivalendo ao da caixa completa;
- passaram a executar uma classificação tão rígida, que chega a ser de sonesta;
- cortaram as visitas de assistência técnica em 70%;
- estão obrigando o aumento dos barrações, sendo que estes já foram construídos de acordo com as normas da assistência técnica;
- existe cooperativa que exige a assinatura de um contrato, obrigando o produtor a continuar na atividade por 10 anos.

Devido à situação atual destes produtores e ao desestímulo por parte das autoridades competentes, vimos por intermédio deste, pedir a colaboração deste Deputado para que destine especial atenção ao nosso caso.

Agradecemos antecipadamente.

Assoc. Reg. de Sericicultores de Cianorte.

(a) SABINO LOCATELLI

Presidente

(Termina de ler)

Há dias passados, o Deputado Basílio Zanusso, inclusive, presenciou uma grande passeata em Nova Esperança, dos sericicultores do Noroeste. Lá, as Cooperativas - não vai aqui nenhum comentário depreciativo às Cooperativas - mas nenhum representante das Cooperativas, pelo menos que eu saiba, compareceu na movimentação, na mo-

bilização dos senhores sericicultores. A BRATAC que estimula e que, inclusive, comercializa o produto dos sericicultores, não compareceu também para dar apoio ao movimento dos sericicultores.

Então, os sericicultores daquela região, Senhor Presidente, Senhores Deputados, recorrem à Assembléia, através deste Deputado que lhes fala, para que nós mobilizemos, através da Comissão de Agricultura e Bloco Agropecuário, para darmos atenção a eles, porque estão desamparados, sem lenço e sem documento, Senhor Presidente.

Então, nós não podemos brincar de economia na área rural. À época, estimulou-se o plantio da amora e criação do bicho-da-seda, principalmente para o pequeno agricultor. E hoje, depois que aplicaram na infra-estrutura, faz-se de gato e sapato do pequeno agricultor. E a Cooperativa, que teria a obrigação de dar sustentáculo nesta modalidade econômico-agrícola, cruza os braços e deixa os sericicultores perambulando pelas ruas e se mobilizando em passeatas.

Então, Senhor Presidente, Senhores Membros da Comissão de Agricultura, demais Deputados. Eu acho que nós deveremos começar agora a direcionar os nossos trabalhos para que o pequeno agricultor, principalmente, possa ter um sustentáculo naquilo que ele investe. Independente da nossa posição, eu acredito que o Legislativo vai começar a ser visto de uma maneira diferente como órgão que defende principalmente, a principal economia do Paraná, que é o sustentáculo da agricultura do Brasil.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o Deputado Antônio Annibelli.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Neste início de Legislatura, queremos na sessão de hoje, nos solidarizar com o Deputado Antônio Toti Colaço, da cidade de Irati, com o Deputado Bezerra, que abordaram nesta tribuna, o problema da agricultura deste País, e o fechamento de agências bancárias e de agências do INPS e do FUNRURAL.

Para nós, um ano depois da posse do Senhor Fernando Collor de Mello, que prometeu, através de uma campanha subsidiada pela Rede Globo e pelos empresários maiores deste País, aos descamisados e aos sem sapatos, sem chinelo, aos pés de chinelo. Enfim, fez uma campanha que sensibilizou a população brasileira e venceu a eleição. Teve os seus méritos.

Porém, um ano após a sua posse e as promessas de acabar com a corrupção, a va-

lорização do salário-mínimo, melhores condições de vida para a população brasileira, casas para os sem teto, enfim, promessas vãs de quem talvez não conhecesse as dificuldades deste País, mas que fazem com que o salário-mínimo deste País seja o pior da história do Brasil. Nunca com um salário tão mínimo se comeu e se conseguiu levar para a família do brasileiro, do operário, a subsistência de suas famílias.

Por isso, Deputado Toti, Deputado Bezerra, Senhores Parlamentares, vemos com tristeza o primeiro ano. Desejamos a Sua Excelência o Presidente da República, que repense este País, que faça valer a sua promessa, a sua juventude, o seu arrogo, que em vez de "jet sky", em vez do "planador", em vez de motocicletas importadas, sem legalização, talvez a 4.^a via, sem aquilo que o brasileiro precisa, talvez com o pão de mesa, com uma condição melhor de trabalho, sem o desemprego, sem tudo aquilo que o PT também prometeu, e que nós até acreditamos na campanha, e lá votamos com ele, mas sabedores das dificuldades.

Eu quero me solidarizar com os Deputados, pedindo e lendo um telegrama que enviamos no dia 25.01.91, antes desta Legislatura, ao Presidente do Banco do Brasil, pedindo que as agências de Cruz Machado e Rio Azul não fossem fechadas, porque somos representantes da Região e, sabedores das dificuldades com que os colonos e os próprios bancários, pela competência das agências e pelo dinheiro que lá circulava no financiamento da agricultura. Não sei se o Senhor Fernando Collor, através de seu Governo, quer, já que não veio o financiamento para a agricultura e a agricultura está falida neste Estado e neste País, talvez fechando as agências em mais de 100 e mais de 1000 no Brasil, ele acabe com o problema da agricultura.

Não é fechando agências e deixando que o colono a pé, perdendo mais um dia de serviço, vá bater às portas da instituição bancária para que arrume o financiamento. Ele deveria talvez moralizar o Banco do Brasil, para que os dinheiros concedidos ao grandes empreiteiros, aos grandes fazendeiros, às grandes organizações, não ficassem aplicados em dólar, over, ou saíssem até do Brasil, mas sim viesse à mão calejada do pequeno agricultor, aquele que seriamente aplica os recursos, depois de penhorar a sua propriedade, aplica para tentar a subsistência de sua família, da sua região, com sacrifícios, com lágrimas e até, às vezes, com tanta dor de ser brasileiro e de ter que enfrentar as mentiras de um novo Brasil.

Quero, Senhor Presidente...

(É-lhe tirado o som)

Senhor Presidente, mais um minuto para concluir.

Quero, Senhor Presidente, Senhores Deputados, através do fechamento das agências do FUNRURAL, quando pagavam menos que um salário para as pessoas que por lá passavam, aposentadoria vergonhosa de menos de um salário-mínimo, para que ainda assim o agricultor pudesse comprar um remédio na farmácia sem a fiscalização do governo e com um preço, pelos laboratórios multinacionais, usurpando os direitos do cidadão comum, quero, então, me solidarizar com esses Deputados, com a nossa Casa, e tenho certeza de que as revisões nas agências, tanto do FUNRURAL como das agências bancárias e que, principalmente, o financiamento venha para salvar este Brasil e para que o povo acredite ainda o Presidente da República.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) - Apenas para comunicar à Mesa e ao Plenário, que me ausentarei por aproximadamente uns 40 minutos para a inauguração do primeiro CIEP em Curitiba, que a Prefeitura vai inaugurar no Bairro de Santa Cândida.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência irá representar a Assembléia nesta solenidade.

No Grande Expediente, com a palavra, o Professor Alceu Swarowski.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, Senhores servidores públicos desta Casa, representantes da imprensa falada e escrita.

Vimos de uma região que surgiu no ciclo do tropeirismo, quando os nossos patrícios gaúchos do Viamão se deslocavam para as feiras de gado de Sorocaba, tropas de muares passavam por Rio Negro, Campo do Tenente, Lapa, Castro, Ponta Grossa, em demanda à Sorocaba, junto com os nossos irmãos paulistas, para levarem alimentação para que o Brasil tivesse o seu Ciclo de Ouro e os nossos irmãos mineiros, brasileiros de todas as latitudes pudessem sustentar a nossa economia colonial e imperial.

Vimos da Região Sudeste do Paraná, tão esquecida, abandonada e até discriminada no mapa paranaense por tantos Governadores de Estado.

Vimos de uma Região do Paraná Velho, sustentáculo da economia paranaense através da madeira e da erva-mate, uma região pioneira e uma das primeiras na pauta de produção, dentro da grandeza econômica deste Estado.

Dizimadas que foram as riquezas naturais da madeira, empobrecida aquela região, embora o esforço de um Bento Munhoz da Rocha Neto, na década de quarenta, através da visão clarividente do Diretor

do DER do Paraná, Luiz Carlos Pereira Tourinho, projetou-se uma estrada, tronco de integração de todo o Sul e Sudeste, para através daquela artéria básica de comunicação social, carrear grandes núcleos agrícolas, inclusive, dos nossos irmãos imigrantes. E começou-se a estrada de ligação de São Mateus do Sul a Garuva, e até hoje não foi construída.

O que fez com que a nossa região mudasse a sua própria vocação econômica, partindo serenamente para a industrialização e o fizemos em 73, com a criação de um distrito industrial da sede e dois anos após, em pleno coração do interior Rionegrense, e hoje, o meu município Rio Negro, está entre os trinta maiores produtores, canalizadores de ICMS para os cofres estaduais.

Represento também outros municípios, em número de sete, todos da constelação da microrregião. E hoje, caros Parlamentares, queremos dizer a Vossa Excelência, Senhor Presidente, Senhores Deputados que aqui estão com muita honra, privarmos da amizade, do companheirismo, da lealdade, do entusiasmo e do amor patriótico de Vossa Excelência, com a certeza de que nós todos juntos, vivemos neste Brasil novo, que infelizmente, ainda se esquecem da zona rural, porque ainda persevera dos métodos antigos, da prática dos tecnocratas, e não se volta para a classe política, para a sociedade brasileira e não ouve o rumor das ruas, o fragor das multidões, o estrépito da vida, o bramido da própria tragédia humana.

É preciso que o Chefe do Governo não apenas desça a rampa do Palácio Alvorada, mas venha de helicóptero para o interior deste Brasil e se acabe de uma vez por todas com a discriminação de um Brasil rural, em relação a um Brasil urbano.

Euclides da Cunha, tinha razão quando alertava a nação brasileira de que Canudos não se rendeu.

Temos a convicção, Senhores Deputados, de que juntos, nós vivemos esse momento inaugural e não poderemos juntos nunca, trair esse momento histórico.

Nesta oportunidade, queremos trazer também uma denúncia e um desafio, preliminarmente, subscrevendo com a devida vênias às palavras levantadas, nesta Casa, de denúncia contra injustiças, por um Antônio Toti Colaço, por um Mário Bezerra, por um Antônio Annibelli. Endoçamos plenamente aquelas assertivas, que vêm justamente ao encontro do que nós temos que denunciar a esta Casa, neste instante.

A tecnocracia ainda perdura no Palácio Alvorada, em detrimento às forças vivas da população brasileira. Principalmente na cúpula do Banco do Brasil, que numa simples mesa redonda, pelo que nos informa-

ram, dividiram o mapa das agências bancárias de crédito rural e dos postos avançados do Banco do Brasil, em duas posições: as agências urbanas de um lado, as agências do Banco do Brasil rurais, de outro lado. E numa simples "penada" dos burocratas de Brasília, resolveu se acabar com todos os postos avançados e agências bancárias do Banco do Brasil para as populações rurais, sertanejas, deste País, tão marginalizadas, esquecidas e discriminadas. É o caso da minha região, quando Antônio Olinto tem apenas um posto avançado do Banco do Brasil, para crédito rural, com um, dois ou no máximo três funcionários. Piên é a mesma coisa. Agudos do Sul, a mesma coisa. E alega Sua Excelência, o Presidente da República, escudado no parecer técnico dos burocratas de Brasília, de que são agências deficitárias.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Inscrevo-me num aparte a Vossa Excelência.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Com todo o prazer, concedo aparte ao nobre Deputado.

O Sr. Dirceu Manfrinato (Aparte) - Eu agradeço Vossa Excelência, Deputado Alceu Swarowski, e quero nesta oportunidade, registrar também nos Anais desta Casa, a nossa preocupação com relação à decisão do Banco do Brasil.

Encaminhei um telex ao Presidente do Banco do Brasil, Alberto Pelicaro, pedindo a ele que fizesse uma reavaliação quanto às decisões tomadas pela cúpula do Banco do Brasil com relação ao fechamento dos postos avançados e até mesmo das agências que possuem a sua sede própria.

Eu acho que quando o Banco do Brasil, através dos gabinetes de ar condicionado, pelo seus diretores, presidente, vice-presidente, que não conhecem as dificuldades que hoje nós vivemos com relação à agricultura brasileira, tomam medidas como esta, quando nós já estamos vivendo o caos e a falência da agricultura no País. Até o próprio município, além de ser abalado na sua estrutura econômica, é abalado no seu crescimento, onde há uma construção própria e se fecha, há descrédito da população no crescimento do município.

E, aproveitando a gentileza de Vossa Excelência no aparte, quando o Senhor denomina o ilustre Deputado Mário Guimarães Bezerra, com o fechamento também das agências do FUNRURAL, e que nenhuma providência foi tomada, eu gostaria de comunicar ao ilustre Deputado que no dia 07.02.91 nós encaminhamos ao ilustre Sr. João Cândido, superintendente do IAPAS do Paraná na Rua João Negrão, n° 11 - Curitiba; "Solicitamos respeitosamente os préstimos de Vossa Excelência verificar as possibilida-

des do não fechamento da agência do Funrural - Cianorte, tendo em vista reivindicação da comunidade local, uma vez que o fechamento da agência trará inúmeras dificuldades não só ao município, mas toda a região. Contando com o apoio de Vossa Excelência, em nome da comunidade antecipamos nossos profundos agradecimentos. Deputado Dirceu Manfrinato".

Então, nós estamos preocupados. Estamos preocupados com o Governo da República, Dr. Fernando Collor de Mello, pertencente à sigla do PRN, pela injustiça praticada nesse país hoje no setor agrícola.

É muito fácil ilustre Deputado, através dos meios de comunicação tentar levar à consciência do povo brasileiro que já está cansado da miséria, da injustiça que se vive nesse país. Pelos meios de comunicação é uma facilidade, é uma beleza transmitir ao nosso povo. Mas o que nós desejamos, o que nós interessamos é que seja na verdade a realidade do que estamos vivendo, ela venha, não só através dos meios de comunicações, ela venha sim através do trabalho de todos nós.

Muito obrigado e parabênz Vossa Excelência por esse brilhante discurso.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Eu agradeço Deputado Dirceu Manfrinato o aparte de Vossa Excelência sempre oportuno, sempre esclarecedor.

Efetivamente, Srs. Deputados, é por isso que nós temos uma população inchada nos centros urbanos porque hoje quase 85% da população brasileira está fora dos campos. Porque tocada pela injustiça e pela insensibilidade dos órgãos federais para o inchaço das periferias das grandes cidades.

Quando as prefeituras e governos estaduais, todas as forças da sociedade paranaense e dos municípios do Paraná lutam para a fixação do homem ao campo, vem o Governo Federal numa atitude de insensibilidade e de injustiça reduzir a zero todo esforço da sociedade paranaense e de todo o povo brasileiro.

Mas dizíamos também Srs. Deputados que um dos municípios da nossa região Quitandinha que com o esforço da sua prefeitura e com a canalização de recursos financeiros da sociedade local eregira no ano passado uma sede própria autônoma àquela comunidade rural. E hoje se extingue a agência autônoma de Quitandinha.

Vejam a impúria, a imprevidência, a inconsequência, a irresponsabilidade da União.

Dáí, Sr. Presidente, Srs. Deputados termos em face da movimentação pró-extinção destas agências de postos avançados a Sua Excelência da República, em data de 05 de fevereiro do corrente ano um telex pe-

dindo providências urgentes, urgentíssimas contra a extinção daquelas agências bancárias sob a alegação de que ao lado do fator econômico-financeiro haveria mister de o Governo Federal dar um atendimento social às populações mais carentes do nosso interior, tão desassistida, tão marginalizada, tão discriminada, tão injustiçada, tão tripudiada. E recebemos logo depois um telex de Sua Excelência, o Presidente da República, dizendo: "Apraz-nos comunicar que por determinação do Senhor Presidente da República remetemos sua correspondência em referência para o Banco do Brasil, para a cúpula do Banco do Brasil, com a recomendação de atenção adequada e resposta oficial. Cordiais saudações, Antônio Leopoldino, assessor para assuntos municipais da Secretaria Geral da Presidência da República".

Hoje, com grande tristeza, recebemos o seguinte telegrama: "Banco do Brasil, presidência Brasília. Refiro-me à solicitação de Vossa Excelência, relativa à revisão do processo de fechamento de agências. Lamento informar que em função dos resultados obtidos no estudo específico de cada caso, não há como evitar neste momento a desativação das seguintes dependências: Pien, Agudos do Sul, Antônio Olinto, Quitandinha. Cordialmente, Alberto Policaro, Presidente".

Realmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, Euclides da Cunha tinha razão, as suas lições de brasilidade, de patriotismo e de amor à nossa Pátria estão vivas, palpitando aqui no dia-a-dia de nossas atividades como uma denúncia histórica através do tempo para que nós nos voltemos mais para esses descamisados e desassistidos, que são os lavradores desse País, que o Presidente da República tem um compromisso sério, redobrado de campanha e de palanque, e que agora deixa nas mãos a sua solução a técnicos burocratas de Brasília.

Esta é a nossa denúncia, Sr. Presidente e Srs. Deputados. Vivamos juntos este momento inaugural, com a nossa certeza de que juntos não trairemos este momento histórico.

Muito obrigado.

O SR. ERNANI PUDELL - Permita Vossa Excelência. Eu quero, em nome da Bancada dos Trabalhadores, nos somar a esse coro de protestos contra o fechamento dos postos, agências do Banco do Brasil que levaram o fomento e o desenvolvimento da agricultura para as regiões mais distantes deste Estado. Também queremos aqui reafirmar junto com Vossa Excelência o nosso protesto pelo fechamento dos postos do FUNRURAL a essa população já tão mal assistida e que hoje deixa de contar ainda

com esse pequeno apoio que tinha através dos postos do FUNRURAL. E eu vejo ainda, para nossa satisfação, que esse coro, é um coro unânime, e a gente percebe inclusive o semblante arrependido dos nobres representantes aqui do Partido do Presidente Collor, que hoje, infelizmente tem que vir à tribuna denunciar as ações daquele Governo que ajudaram a levar aquela praga do Alagoas, que ajudaram a carregar para o Palácio do Planalto, e que hoje se espalha pelos quatro cantos do País.

Então, queremos aqui, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, nos somar a esse protesto unânime desta Casa, e esperando realmente que medidas sejam adotadas para reverter esse quadro.

Muito obrigado, nobre Deputado!

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Com muita honra e satisfação agradeço o aparte, o apoio do ilustre Deputado Ernani Pudell.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Vossa Excelência me concede um aparte.

(Assentimento)

Deputado Alceu Antônio Swarowski, é com muita alegria que em nome do meu Partido, do nosso Partido do PSDB eu cumprimento Vossa Excelência pelo brilhante e oportuno pronunciamento que faz debutando nessa tribuna, nessa Legislatura.

Conhecemos o passado político de Vossa Excelência, o seu caráter. Vossa Excelência como Prefeito duas vezes de Rio Negro, município que tivemos a honra de representar na Câmara dos Deputados com o Vosso apoio, e aqui na Assembléia também com o Vosso apoio e do nosso Partido na época o MDB e posteriormente o PMDB.

E hoje, graças a Deus, sob a mesma legenda nos encontramos os ex-companheiros, o ex-prefeito, o ex-Deputado Federal, nos encontramos nesta Assembléia Legislativa defendendo os mesmos interesses da nossa região Sul do Paraná.

E Sua Excelência com toda competência que lhe é peculiar, como um grande administrador que foi do município de Rio Negro fazendo com que Rio Negro tivesse implantado um grande parque industrial e fazendo Rio Negro constar entre os 30 maiores municípios arrecadadores de ICM deste Estado. Vossa Excelência foi guindado a esta Casa pelo apoio maciço das forças políticas e daquela gente trabalhadora de Rio Negro e da região. Por isso, meu companheiro Alceu Swarowski, Vossa Excelência veio com a força do povo, veio com a força da dignidade, da moral, da luta, da fibra, tudo isso que norteou a sua vida como advogado, como político e principalmente como chefe de família. A sua presença nesta Casa engrandece o Poder Legislativo. Vossa Excelência já deveria estar nesta Casa há

muitos anos. O povo paranaense era devedor da presença de Vossa Excelência nesta Casa, mas Vossa Excelência, graças a Deus e graças ao povo paranaense hoje está aqui para defender todo Paraná, toda nossa região Sul tão desassistida, tão abandonada, não só pelo Governo Federal, principalmente pelos Governos Estaduais. A nossa região Sul do Paraná tirando o nosso ex-Governador José Richa que fez muito pelo Sul do Paraná, foi abandonada pelos outros Governos independente de partido político. E Vossa Excelência com a sua fibra, com sua luta, eu tenho certeza, como o apoio deste Deputado e dos Deputados que nos honram representando a região Sul independente de siglas partidárias estaremos ao Vosso lado para procurar não só para Rio Negro, mas para a nossa região Sul do Paraná trabalharmos unidos, principalmente nessa honra em que Vossa Excelência se solidariza com os nossos pronunciamentos, do Deputado Toti, do Deputado Bezerra e deste modesto Deputado nesta luta em que o Banco do Brasil mais uma vez atrapalha nosso pobre agricultor.

Parabéns, que Deus vos ilumine e continue com esta fibra para que esta Assembléia a cada discurso seu ganhe para os Anais desta Casa a lição de uma aula do grande professor que Vossa Excelência é.

Muito obrigado!

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Obrigado a Vossa Excelência Deputado Antônio Annibelli. Nós é que temos muito a aprender com Vossas Excelências neste Parlamento Estadual. Mas o Deputado Antônio Annibelli sempre engrandeceu esta Casa, é por isso que nós da nossa região, sempre o apoiamos por várias legislaturas. E agora nesta oportunidade um filho da terra, cheirando aquele solo dadivoso, com o apoio de todas as forças políticas, pelo menos 99% delas, aqui está para, ao lado de Vossas Excelências, lutarmos juntos pela grandeza do Paraná, das nossas regiões e do nosso querido Brasil.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No horário das Lideranças, PFL com a palavra. PDT; PTB; PL; PT; PSDB; Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

O SR. FLORISVALDO FIER - Sr. Presidente, (uma questão de ordem).

Na semana passada, nós aprovamos a CPI da Saúde e solicitamos de Vossa Excelência

o encaminhamento da instalação desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Respondo à questão de ordem de Vossa Excelência.

As Lideranças ainda não indicaram os membros para a referida comissão.

O SR. FLORISVALDO FIER - Só por uma questão de esclarecimento: deve ser indicado até que dia, esses membros?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O mais urgente possível.

O SR. FLORISVALDO FIER - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vinte e um Srs. Deputados requerem informação de Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a situação do Sistema Financeiro Estadual e das Finanças Públicas, no Estado do Paraná, pelo prazo de 120 dias.

Composição das Comissões: onze membros.

Protocole-se a publique-se em Ata e no Diário da Assembléia. Ao DL para aguardar as indicações das lideranças.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputados Erondy Silvério, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado que irá ocupar os cargos de Titular e Suplente das Comissões Técnicas desta Casa, em substituição ao Deputado licenciado. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 047/89, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 30/89), que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 4.766, de 13.11.63 (filiação no IPE de cargos em comissão: governador, vice-governador, secretários de Estado e deputados). Com pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. Em Regime de

Urgência. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 013/91, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça, que estende a gratificação de responsabilidade técnica prevista pela lei nº 9.049, de 06.07.89, aos ocupantes dos cargos de nível universitário do Quadro Geral da Procuradoria Geral da Justiça. Com parecer favorável da C.C.J.. Em Regime de Urgência. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. FLORISVALDO FIER - Sr. Presidente (questão de ordem).

A respeito do Projeto de Lei nº 013/91, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça, nós do Partido dos Trabalhadores queremos colocar a nossa posição contrária a tal projeto, em função de que ele atende uma minoria daqueles servidores, quando grande parte dos trabalhadores daquele Tribunal, não serão atendidos por isso.

E nós sabemos que justamente serão atendidos com tal projeto os servidores que têm melhores condições de vida e melhores salários, enquanto aqueles humildes servidores, trabalhadores que trabalham em outros setores não serão atendidos. Portanto, a Bancada do Partido dos Trabalhadores vota contra porque cria privilégios dentro daquele Tribunal e dentro daquele Poder.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado o voto de Vossa Excelência e da sua Bancada contrário ao projeto.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 028/91, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 007/91), que autoriza aquele poder a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Foz do Iguaçu APAE, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado naquele município. Em Regime de Urgência. Aprovado (Publ.no D.A. nº 09 de 26.02.91)

Sobre a Mesa, requerimento de nº 327, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 333, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 322, de autoria do Sr. Deputado Ernani Pudell, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 337, de autoria do Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 342, de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constante do ex-

pediente.Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 341, de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constante do expediente.Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 321, de autoria do Sr. Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente.Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 323, de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente.Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 324, 325 de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 326, de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante o expediente.Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 334, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente.Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 338, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante o expediente.Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 340, de autoria do Sr. Deputado Nilton César Servo, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 339, de autoria dos Srs. Deputados Ovídio Constantino, Ernani Pudell, Dr. Rosinha e demais Srs. Deputados, constante do expediente. À Diretoria Legislativa para aguardar Ato de criação e demais providências.

Requerimento de n° 332, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. FLORISVALDO FIER - Sr. Presidente, só uma questão de ordem a respeito do Projeto n° 47/89, que já foi aprovado. Quero colocar que a Bancada do Partido dos Trabalhadores e do PSB temos restrições a tal projeto porque pode ser ali encontrado o caminho, a saída para o FEPPA, portanto, nós queremos que conste dos Anais desta Casa a nossa posição contrária.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, é uma questão já de uma matéria vencida e, lamentavelmente, o Deputado teve oportunidade de discutir em relação ao Projeto. Eu solicito a Vossa Excelência faça cumprir o Regimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Ordem do Dia com as anotações do nobre Deputado.

O SR. FLORISVALDO FIER - Eu agradeço.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 07/91, Veto ao Projeto de Lei n° 360/90

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 28/91, Veto ao Projeto de Lei n° 002/91.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 28/91

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 62/89

Levanta-se a sessão.